

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1998, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.

Aos vinte e dois dias do mês de Outubro de mil, novecentos e noventa e oito, o Conselho Municipal de Saúde, reuniu-se extraordinariamente. Às 15:10 horas, com o quórum regimental o secretário geral do Conselho, Roberto dos Santos inicia a reunião fazendo a leitura da seguinte pauta: 1 – Informes; 2 – UPA Venda Nova. Na sequência convoca a 1ª secretária, Sônia dos Santos e o 2º secretário, João Athayde Torres Valadares para auxiliarem na condução dos trabalhos e convida o diretor do Distrito Sanitário Venda Nova, Luiz Cláudio Penna Orsini, o conselheiro Geraldo Mossen que propôs a discussão sobre a UPA e o diretor de atenção a saúde da SMSA, Leonardo Barros para fazerem parte da mesa. Solicita a presença de um representante da Secretaria. No primeiro ponto da pauta: Informes, comunica que no bairro Taquaril estão sendo realizadas diversas atividades programadas dentro da Campanha de Combate à Dengue. Informa que a Associação dos Fiscais Sanitários da PBH e a Comissão Local de Saúde do bairro União, no próximo dia 25, dia do 2º turno da eleição, irão realizar boca de urna contra a Dengue em diversos locais de votação e convidam os conselheiros para participar da panfletagem. Aberto para os informes do plenário, o conselheiro Evaristo Garcia, passa informações sobre a I Conferência Municipal de Políticas Urbanas, que será realizada a partir do próximo dia 27. Sugere que o CMS convide a senhora Ana Porto, para falar ao plenário sobre essa Conferência em uma próxima reunião. Informa também de audiência pública realizada pela Comissão de Políticas Urbanas da Câmara Municipal e sobre Cartilha elaborada pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia que aborda as dificuldades enfrentadas pelos portadores de deficiência para frequentar os Centros de Saúde. A conselheira Maria Josefina, passa informes sobre as entidades mantenedoras da TV RIP, televisão comunitária a cabo. Informa ainda que o Conselho de Usuários do Hospital Odilon Behrens fez reunião urgente e extraordinária para discutir questão relativa ao salário de R\$ 11.200,00 pago a um médico daquele hospital que vem obtendo outras vantagens por efeito de ações judiciais. Coloca que o Conselho de Usuários pretende vir ao plenário do CMS expor a situação e solicita que o fato seja denunciado. O conselheiro Antônio Gomes, que também é do Conselho de Usuários do HOB, reforça as informações de Maria Josefina e comenta o fato. Informa de reunião realizada com portadores de deficiência que denunciam cobrança indevida de R\$ 12,00 feita pela Associação Mineira dos Paraplégicos para credenciá-los a utilizar gratuitamente o transporte coletivo. O conselheiro Paulo Venâncio, informa sobre o não encaminhamento das deliberações da II Conferência Metropolitana de Saúde e propõe que o CMS escolha seus representantes e pressione no sentido de que seja formado o Conselho da região metropolitana. A participante Glória, questiona as autoridades municipais sobre a falta de recursos humanos no Centro de Saúde Lagoa. A conselheira Cleide, passa informes sobre a plenária de conselheiros trabalhadores realizada ontem, dia 21/10, onde se discutiu os problemas criados pela restrição a distribuição de medicamentos a usuários vindos de outros municípios o que tem gerado conflitos e constrangimentos para os trabalhadores. Outra questão levantada refere-se a acidentes de trabalho que estão ocorrendo na coleta de material para exames, segundo diz, por falta de treinamento dos trabalhadores que antes não tinham essa tarefa. A 1ª secretária, Sônia dos Santos, presta esclarecimentos sobre a questão dos medicamentos, informando que no próximo dia 28/10, haverá reunião extraordinária do Conselho para discussão desse tema. A conselheira Ednéia, informa sobre o mutirão contra a Dengue realizado no bairro Taquaril, com envolvimento da comunidade e órgãos públicos. O conselheiro Geraldo Mossem, complementa os informes do Paulo Venâncio sobre o Conselho Metropolitano e defende que o CMS chame para si a responsabilidade de implementar a formação daquele Conselho considerando que ele será fundamental com a entrada em funcionamento do Pronto Socorro de Venda Nova. A representante do Ministério de Saúde, Raquel informa sobre norma do Ministério da Saúde publicada no DOU (Diário Oficial da União) em relação a acidentes com sangue. A participante Adriana, da Diretoria Metropolitana de Saúde, informa sobre o encaminhamento dado às deliberações da Conferência Metropolitana e reforça a proposta do Paulo Roberto Venâncio de Carvalho no sentido de que o CMS escolha seus representantes no Fórum Metropolitano. Diz também que tem participado de reuniões de Conselhos das cidades da região metropolitana e solicita que conselheiros de Belo Horizonte participem levando a experiência do CMS-BH. No ponto seguinte da pauta: UPA Venda Nova, o conselheiro Luiz Orsini, diretor do Distrito Sanitário Venda Nova, fala que a Unidade de Pronto Atendimento passa pela necessidade de reforma porque, segundo diz, não oferece à população mínimas condições de conforto enquanto espera pelo atendimento, assim como ao trabalhadores faltam condições de trabalho. Diz que a obra já estava licitada e sua realização dependia da definição quanto a entrada em funcionamento do Pronto Socorro de Venda Nova. Coloca que a intenção da Secretaria era aproveitando inauguração do Pronto Socorro, inaugura a Policlínica Silveira transferindo o pessoal da UPA, procedendo a reforma enquadrando aquela unidade num perfil de atendimento “secundário” com atendimento de laboratório distrital, de ultra-som, eletrocardiograma e de algumas especialidades sendo também um polo de suporte para

62 implantação do Programa de Saúde da Família, BH-Saúde. Diz que, contudo, o Secretário Marílio
63 Malagutti avaliou que o Pronto Socorro estaria fazendo um atendimento seletivo e que também a
64 FHEMIG retirou cerca de 17 profissionais o que dificultou o atendimento na região, decidindo adiar a
65 realização das obras até que se possa avaliar o perfil do atendimento que será prestado pelo hospital. O
66 Secretário Municipal de Saúde e presidente do Conselho, Marílio Malagutti, fala que o processo vinha
67 sendo conduzido pela Secretaria que fez reuniões com os funcionários e o pessoal da Silveira. Diz que
68 fez uma visita a UPA para ver como estava funcionando, já que ela foi desfalcada dos 17 profissionais
69 a que Luiz Orsini se referiu dos quais 08 eram médicos e foram para o ambulatório do hospital apesar
70 de ter tido entendimentos com o Secretário Estadual e com o Superintendente da FHEMIG que
71 asseguraram que isso não iria acontecer. Na visita a UPA percebeu que o hospital não está respondendo
72 às necessidades da população e decidiu não fechar a unidade para realizar as obras o que será feito
73 assim que estiver assegurado o atendimento aos usuários da região. Respondendo a indagações do
74 plenário, fala que, no seu entendimento, a Silveira deve entrar em funcionamento imediatamente,
75 mesmo que em caráter precário, mas que a área física necessita de reformas tanto quanto a UPA de
76 Venda Nova. Acrescenta que espera retornar as negociações com a FHEMIG após as eleições e
77 entende que o sucesso dessas negociações depende do resultado das eleições porque, segundo diz,
78 existem hoje na FHEMIG pessoas absolutamente refratárias a qualquer tipo de colaboração, sendo que
79 na sua opinião, é necessário uma parceria entre o poder estadual e o municipal na área de saúde em
80 particular. Fala que a maior parte dos casos atendidos na Policlínica de Venda Nova poderiam ser
81 atendidos nos Postos e melhorando o atendimento nos Centros de Saúde, com a entrada em
82 funcionamento do Pronto Socorro a população não teria grandes problemas. O conselheiro Geraldo
83 Mossem, agradece a postura que considera ética do secretário Marílio Malagutti, e fala que foram
84 exatamente as questões colocadas pelo secretário que levaram a população de Venda Nova a lutar
85 contra o fechamento da UPA. Propõe que qualquer providência que venha a ser tomada em relação a
86 UPA seja precedida de ampla discussão com a população e que se houver mudança no perfil do
87 atendimento daquela unidade seja criado um colegiado e que seja feita avaliação nas Comissões do
88 Conselho. O conselheiro Leonardo, ressalta que o perfil que a Secretaria busca para suas unidades 24
89 horas é um perfil que seja realmente de urgência/emergência e não para o atendimento de casos que
90 podem ser atendidos numa unidade básica. Coloca que as medidas administrativas foram discutidas e
91 tomadas por um colegiado que tem delegação de um prefeito eleito com mais de oitocentos mil votos e
92 não precisam de discussões amplas, mas ainda assim não têm se furtado a debater com o Conselho o
93 que ocorre na presente reunião. Assegura que, entretanto, medidas como remanejamento de pessoal não
94 poderiam ser objeto de discussões com os conselhos sob pena de emperrar a Secretaria. O conselheiro
95 Evaristo, fala que em 1994 foram destinados R\$ 7 milhões para reforma da UPA Venda Nova e relata
96 fatos relacionados a utilização destes recursos que, segundo diz, teriam sido desviados. A conselheira
97 Joana, pede uma definição sobre a previsão de data para o fechamento da UPA, confirmado pelo
98 secretário e diz que, na sua opinião, a população atendida no Silveira tem maior facilidade de acesso a
99 outras unidades do que os usuários da UPA. A participante Maria de Lourdes, elogia a atitude da
100 Secretaria em não fechar a UAPU neste momento. Fala que o Sistema de Saúde tem uma lógica, que
101 considera perversa, onde Venda Nova situada a 40 minutos do Centro não consegue que os
102 profissionais médicos se interessem em ir trabalhar lá além de que, segundo diz, a situação se agrava
103 pelo limite em 12 consultas para cada médico em 4 horas o que significa que as necessidades não serão
104 supridas por mais que se invista recursos. Acrescenta que enquanto não for encontrada uma forma de
105 melhorar o atendimento básico a região de Venda Nova não poderá abrir mão da UPA. Concorda que é
106 preciso definir o perfil do Pronto Socorro para que se saiba quais as necessidades supridas por ele antes
107 da definição sobre a UAPU e propõe uma deliberação do CMS no sentido que esta unidade continuará
108 funcionando até que seja equacionado o atendimento básico e do Pronto Socorro de Venda Nova. A
109 conselheira Rosseli, fala sobre a questão dos medicamentos entendendo que o trabalhador fica exposto
110 não tendo como explicar à população que pode dar o medicamento e sugere que a Secretaria vá para a
111 imprensa informar sobre a decisão. Em relação a urgência/emergência, diz que se a UPA atende 280
112 casos por dia é sabido que a área física da unidade não comporta essa demanda e só uma reforma não
113 resolve o problema sendo necessário que ela seja ampliada caso vá atender urgência/emergência.
114 Defende que deve ser discutido é o perfil da UPA se ela irá ou não, atender urgência/emergência,
115 reafirmando que para esse atendimento é necessário ampliar a área física, ou até se construir outra
116 unidade em Venda Nova. O conselheiro Paulo Venâncio, defende a realização do Seminário e que a
117 discussão seja ampliada tendo como tema também a questão do pronto socorro afirmando que, na sua
118 opinião, até sejam equacionados todos os problemas já levantados não se pode admitir o
119 fechamento da UPA. Questiona a fala do Leonardo dizendo que a democracia representativa é
120 importante, mas a participativa prevalece, inclusive na questão legal e acrescenta que, mesmo com três
121 milhões de votos vai Ter que ouvir os conselhos porque é o que está na lei. A conselheira Maria
122 Josefina, fala que pareceu existir uma escala de prioridades, estando em primeiro lugar a UPA Venda

123 Nova, depois a Silveira, não se falando da Pampulha o que diz não entender porque, segundo diz, o
124 problema de urgência/emergência naquela região é muito grave. Acrescenta que o prefeito por três
125 vezes esteve na Pampulha e prometeu abrir o Santa Terezinha, o que não ocorreu, pede esclarecimentos
126 sobre essa questão e reivindica que a unidade da Pampulha seja incluída entre as prioridades. O
127 conselheiro e o 2º secretário, João Athayde levanta questão de ordem propondo que nas intervenções as
128 pessoas se atenham ao assunto em pauta. A participante Osvaldina, afirma que a comunidade de Venda
129 Nova está mobilizada e não permitirá o fechamento da UPA enquanto não for equacionada a questão
130 do atendimento nas unidades básicas. Propõe a realização de um fórum amplo para discutir a questão e
131 informa de documento encaminhado ao governador pela comunidade em relação ao Pronto Socorro de
132 Venda Nova, entregando cópia à mesa. A participante Maria Gonçalves pergunta: se a Secretaria sabe
133 que o problema todo é da rede básica por que não é resolvido? Para que existe conselhos locais de
134 saúde, se as coisas vêm de cima e eles decidem fechar? Coloca que o Pronto Socorro de Venda Nova
135 tem este nome e não pode ser chamado de postão, nem de João XXIV como, segundo diz, alguns o
136 estão denominando. A conselheira Sônia dos Santos, defende que o perfil das unidades seja
137 urgentemente discutido e coloca que se as Policlínicas estão tendo a denominação de postões, é porque
138 os Centros de Saúde não estão cumprindo sua finalidade e questiona de quem é a responsabilidade.
139 Concorde com o Paulo Roberto Venâncio de Carvalho sobre a colocação do Leonardo e diz que o papel
140 da população não é apenas ficar aplaudindo o que os governos fazem só porque os elegeu,
141 acrescentando que, na sua opinião ou o Leonardo foi infeliz na sua fala ou deveria esclarecer o que
142 disse já que, segundo ela, os conselheiros não estão acostumados a esse tipo de atitude que considera
143 anti-democrática. O conselheiro Leonardo, esclarece sua fala reafirmando que os gestores do SUS/BH
144 têm delegação do prefeito para tomar medidas administrativas mas não têm se furtado a discutí-las
145 quando são polêmicas e de interesse global. Diz que a Secretaria esteve presente a todas as reuniões
146 que discutiram a questão da UPA e respeita as deliberações do Conselho, acrescentando que se referiu
147 a pequenas decisões de ordem administrativa que entende não necessitarem passar por discussão no
148 Conselho. O secretário-geral, Roberto, justifica a ausência do conselheiro vereador André Quintão,
149 comunica que a conselheira vereadora Jô Moraes e anuncia a presença do vereador Paulo Augusto dos
150 Santos, o Paulão. A conselheira Anadil, fala que o Conselho não está pretendendo que a Secretaria lhe
151 dê satisfação de todos os seus atos, mas na sua opinião, há grande diferença entre fechar uma unidade e
152 contratação ou mudar uma caneta de lugar, acrescentando que o fechamento de unidade deve ser
153 amplamente discutido explicando-se as razões e buscando alternativas de forma a não prejudicar os
154 usuários. Concorde que se faça a discussão sobre o perfil das unidades afirmando que, na sua opinião,
155 falta de vontade política de resolver o problema do atendimento básico. A participante, Warlene,
156 gerente do Confisco, fala que quando se pensou no fechamento da UPA Venda Nova não se considerou
157 o problema da Pampulha, já que, segundo diz, a UPA é uma das referências utilizadas pelos Centros de
158 Saúde da Pampulha e questiona o fato de a unidade de urgência de Santa Terezinha não ter sido
159 colocada em funcionamento obrigando a que toda a população da região seja referenciada para a UPA
160 Venda Nova e a 1º de Maio, na regional Norte. Fala que a Pampulha não participou das discussões
161 sobre o fechamento da UPA Venda Nova, mas encaminhou um documento à Secretaria do qual ainda
162 não obtiveram resposta. Coloca que no documento a que se referiu é demonstrado que a necessidade de
163 uma unidade de urgência/emergência na Pampulha, é maior do que na Nordeste, onde se localiza a
164 Silveira, pela questão geográfica. O conselheiro distrital de Venda Nova, Roberto, fala sua
165 preocupação com o fato de que, na sua opinião, na discussão fala-se de gente e lembra-se da população,
166 do governo e esquece-se dos trabalhadores de saúde que também são gente e têm uma vida estruturada
167 em termo do seu local de trabalho. Acrescenta que quando é tomada uma decisão de remoção que mexe
168 com a vida dessas pessoas, a secretaria só se reúne com elas para comunicar a decisão sem discutir.
169 Propõe que caso a UPA seja fechada para reformas, os trabalhadores sejam comunicados
170 antecipadamente para que eles tenham condições de resolver sua vida particular. Luiz Orsini, esclarece
171 ao Roberto, que foram feitas reuniões sem os trabalhadores e passado um questionário para ser
172 preenchido por cada trabalhador no qual era perguntado se ele tinha outras entidades, onde morava, se
173 tinha preferência de local para ser removido, tendo a remoção para Centro de Saúde ficado como opção
174 da maioria. Acrescenta que o processo foi interrompido a partir da avaliação da Secretaria. Esclarece a
175 Anadil que em geral os profissionais que deixam os Centros de Saúde não saem para outras unidades e
176 sim para a iniciativa privada porque são de contrato administrativo e ao senhor Evaristo esclarece que
177 os recursos que seriam utilizados na construção do Centro de Saúde Lagoa seriam do tesouro municipal
178 e não do Fundo. A participante Valéria, trabalhadora da UPA Venda Nova, fala que o sentimento dos
179 trabalhadores da UPA é de que são a escória e diz estar passando um recado para a comunidade de que
180 os trabalhadores não são os geradores das deficiências do sistema e sim vítimas destas deficiências
181 porque sofrem em não poder dar o atendimento de que a população necessita. Outro recado é para a
182 Secretaria, de que a máquina administrativa seja agil mas preserve a dignidade de cada trabalhador.
183 Leonardo, responde a Joana dizendo que será aguardada uma definição da FHEMIG sobre o Pronto

184 Socorro e adequação das unidades básicas de Venda Nova antecedente ao fechamento, a implantação
185 do BH-Saúde na região, assim como, ampla discussão, antes de se estabelecer a data do fechamento
186 que não será definitivo devendo a unidade passar a funcionar, quando reabrir, com outro tipo de
187 serviço. Em relação a pergunta de Maria Gonçalves, esclarece que a Secretaria não dispõe recursos
188 financeiros para resolver os problemas de falta de recursos humanos. Sobre as questões da Pampulha,
189 fala que os atuais gestores não são responsáveis pela falta de planejamento que levou à construção de
190 unidades sem a previsão de recursos para contratação de pessoal e que há um compromisso político de
191 colocar todas as unidades em funcionamento mas que isso é um processo sequencial e deve-se definir
192 prioridades. Explica que a prioridade da Silveira em relação a Pampulha deve-se ao fato de a Regional
193 Nordeste ter 18 Centros de Saúde e a Pampulha 8, a Nordeste tem um déficit de cobertura assistencial
194 em unidades básicas de saúde e uma população SUS dependente superiores à Pampulha. Reforça os
195 esclarecimentos prestados por Luiz Orsini. O conselheiro Geraldo Mossen, fala que, apesar de o
196 secretário Marílio Malagutti ter dito que a UPA não será fechada, ficou evidente, na sua opinião, que
197 haverá redefinição do perfil da unidade quando houver a reabertura após a reforma e, no seu
198 entendimento é necessário que seja garantido o fórum amplo de discussão já proposto envolvendo
199 gestores, usuários e trabalhadores de saúde de Venda Nova. Esclarece que a remoção da gerente da
200 UPA, Dr^a Denise, se deu por solicitação da mesma. Uma funcionária da UPA, que não se identificou,
201 usa da palavra para afirmar que os trabalhadores da unidade não foram comunicados do fechamento e
202 todo o processo relatado pelo diretor do DSVN, Luiz Orsini só ocorreu, segundo ela, após terem
203 descoberto a intenção da secretaria e pressionado. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho,
204 levanta questão de ordem e questiona o encaminhamento do final do debate afirmando não estar
205 esgotada a discussão até porque, segundo diz, a fala anterior trouxe novos fatos que devem ser
206 analisados. O secretário geral, Roberto, esclarece que a mesa avisou sobre o encerramento das
207 inscrições. A 1^a secretária Sônia, consulta o plenário que decide serem abertas novas inscrições.
208 Leonardo, volta a esclarecer sobre as reuniões feitas com os trabalhadores da UPA antes da data
209 estabelecida para fechamento daquela unidade. Luiz Orsini, complementa informando que foram feitas
210 reuniões no Conselho Distrital e os trabalhadores da UPA não participaram. O conselheiro Evaristo,
211 solicita que a mesa encaminha ofício ao setor jurídico da Secretaria com pedido de informações sobre o
212 andamento dado ao processo da CPI Nº 227/96. Critica a atuação da mesa diretora que, segundo diz,
213 está pouco dinâmica. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, faz considerações sobre o
214 trabalho da mesa e coloca que levará a discussão ao Conselho Estadual de Saúde, do qual também é
215 membro. Reforça a proposta de fórum amplo de discussão. O conselheiro distrital, Roberto, informa
216 que os trabalhadores da UPA está esclarecendo que as reuniões ocorridas no Conselho Distrital, não
217 foram divulgadas naquela unidade. Sugere que os conselheiros reflitam sobre o fato de que, na sua
218 opinião, se tivesse havido ampla divulgação das reuniões, os trabalhadores da UPA não estariam tão
219 surpresos com a possibilidade de mudança busca em suas vidas. A conselheira Cleide, fala que o
220 problema da urgência/emergência não será solucionado sem que se resolva o da rede básica e defende
221 que seja na presente reunião a data em que será realizado o fórum amplo de debate proposto. A
222 representante do Ministério da Saúde, Raquel, fala que os recursos repassados pelo governo federal
223 vêm diretamente para o FMS conforme programação e esclarece que se o SUS-BH está atendendo um
224 volume maior de consultas do que o programado, deve buscar repactuar com os outros municípios para
225 evitar que o sistema fique inviabilizado já que o excedente deve ser de pacientes vindos do interior.
226 Encerradas as intervenções, Sônia lê as propostas apresentadas: Marcar urgentemente reunião do CMS
227 para discutir urgência/emergência, traçando o perfil das Policlínicas e do Pronto Socorro Venda Nova,
228 com a participação dos envolvidos. Maria de Lourdes, propõe que antecedendo essa reunião se realize
229 o fórum na região de Venda Nova. O conselheiro João Athayde, propõe Comissão para encaminhar os
230 diversos fóruns distritais. A comissão ficou composta dos seguintes membros: Paulo Roberto Venâncio
231 Carvalho, Joana, Roberto, Dalva, Cleide, Maria de Lourdes, Gislene, Geraldo Mossem, Luciano e
232 Marta. O conselheiro e diretor do Distrito Sanitário Barreiro, fala que a VI Conferência Distrital da
233 região que será realizada nos dias 30/11, 01/12,02/12, 03/12, estará discutindo a urgência/emergência
234 dentro da discussão do modelo assistencial. O secretário geral, Roberto, consulta o plenário que, por
235 consenso, aprova as propostas apresentadas. O conselheiro José Osvaldo, informa que no próximo dia
236 29/10, haverá nova reunião extraordinária do CMS que terá como pauta o Orçamento Participativo da
237 Cidade, o fluxograma do atendimento de farmácia em Belo Horizonte. O conselheiro Paulo Roberto
238 Venâncio Carvalho, reitera proposta de escolha dos representantes do CMS no Conselho Metropolitano
239 e coloca-se à disposição para colaborar como conselheiro estadual. O conselheiro Geraldo Mossem,
240 agradece a participação de todos e coloca que a decisão é uma vitória da comunidade de Venda Nova
241 com aval do Conselho Municipal de Saúde. Às 18:50 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a
242 reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida aprovada, será assinada pelo presidente do
243 Conselho e pelo secretário geral.

244 Belo Horizonte, 22 de outubro de 1998

245 RFF/vld